



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

MUNICÍPIO DE ESTRELA/RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 1126/2025

Edital de pregão eletrônico para registro de preços visando à eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Sonorização, Iluminação, Projeção, Palco, Cobertura, Gazebo, Bretes, Q30 e Cadeiras para Eventos, conforme termo de referência, cláusulas desse Edital e anexos.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ESTRELA, no uso de suas atribuições, torna pública, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, objetivando ao **Registro de Preços** acima mencionado, conforme descrito nesse Edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 052, de 11 de março de 2024 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no endereço eletrônico a seguir: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

A sessão dar-se-á no dia 28 de maio de 2025, às 9h.

As propostas e os documentos poderão ser enviados até as **8h30** (30 minutos anteriores ao início da sessão), sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.



1. DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços visando à eventual contratação de empresa especializada em serviços de Empresa especializada na prestação de serviços de Sonorização, Iluminação, Projeção Palco, Cobertura, Gazebo, Bretes, Q30 e Cadeiras para Eventos, conforme descrições e outras condições estabelecidas no **ANEXO I** – Termo de Referência, a serem fornecidos conforme quantidades estabelecidas a seguir:

LOTE 1

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor máximo unitário R\$	Valor máximo total R\$
1	SONORIZAÇÃO BÁSICA EQUIPAMENTO PARA PEQUENAS REUNIÕES, PALESTRAS, INAUGURAÇÕES PARA ATÉ 200 PESSOAS, PARA EVENTOS DE 01 DIA. 02 CAIXAS DE SOM ATIVAS DE NO MÍNIMO 1.000 WATS RMS DE POTÊNCIA EM PEDESTAIS DE NO MÍNIMO 1,5M DE ALTURA, COM 02 CAIXAS DE GRAVE ATIVAS DE NO MÍNIMO 1000WATS DE POTÊNCIA, DE PREFERÊNCIA IMPORTADAS OU SIMILARES NACIONAIS QUE TENHAM BOA QUALIDADE. 01 MESA DE SOM DE NO MÍNIMO 8 CANAIS PREFERENCIALMENTE DIGITAL. 01 MICROFONE COM FIO E PEDESTAL. 01 NOTEBOOK. 01 MICROFONE SEM FIO MODELO SHURE OU SIMILAR. 01 OPERADOR DE SOM (RESPONSÁVEL TÉCNICO). MONTAGEM E DESMONTAGEM.	93	UNIDADE	1.446,66	134.539,38
2	SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE EQUIPAMENTO DE SOM PEQUENO, EVENTOS DE ATÉ 1500 PESSOAS. PARA EVENTOS DE 01 DIA. 04 SISTEMAS DE SOM COM 01 CAIXA DE GRAVE 18" E 02 CAIXAS MODELO LINE PARA ATENDER EVENTOS AO AR LIVRE E FECHADOS. 01 MESA DIGITAL DE NO MÍNIMO 16 CANAIS. 02 MICROFONES SEM FIO. 05 MICROFONES COM FIO E PEDESTAL. 01 KIT DE BATERIA. 04 MONITORES. 01 SUB DE BATERIA. 04 DIRECTBOX. AMPLIFICAÇÃO NECESSÁRIA. CABOS NECESSÁRIOS. SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA LIGAR O EQUIPAMENTO (MAINPOWER) COM CABO DE NO MÍNIMO 50 METROS. 01 TÉCNICO DE SOM. 02 AJUDANTES PARA MONTAGEM.	50	UNIDADE	3.800,00	190.000,00
3	SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA EVENTOS DE 01 DIA 12 CAIXAS LINE ARRAY 12". 08 CAIXAS DE GRAVE LS OU SIMILAR. 07 CAIXAS DE SOM, MONITORES ATIVOS DE PALCO. 01 CAIXA DE MONITOR SUB PARA BATERIA COM DIVISOR	59	UNIDADE	5.813,33	342.986,47



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	INTERNO, DRIVER DE TITANIUM E 02 FALANTE 15" COM NO MÍNIMO 900WATS RMS. 01 SIDE FILL STEREO. 02 MESAS DE SOM DIGITAIS DE NO MÍNIMO 48 CANAIS, COM 24 AUXILIARES. 21 MICROFONES COM PEDESTAIS E CABOS. 06 DIRECTBOX. 01 MULTICABO COM 52 CANAIS. CABOS DE LIGAÇÃO DO EQUIPAMENTO. 01 NOTEBOOK. 01 BATERIA COMPLETA; PEARL TARG 02 CUBOS PARA GUITARRA (FENDER TWIN E MARSHAL NEW STAGE) 01 CUBO PARA CONTRABAIXO; RANDAL 1X15"/4X10" ENERGIA 110/220 EM NO MÍNIMO DOIS PONTOS DO PALCO. SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA LIGAR O EQUIPAMENTO (MAINPOWER) COM CABO DE NO MÍNIMO 50 METROS. 03 TÉCNICOS DE SOM (PALCO, PA E MONITOR) 02 AJUDANTES PARA MONTAGEM OBS: SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS SIMILARES OU MELHORES, NOMES ACIMA APENAS PARA COMPARATIVO.				
4	SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS DE 01 DIA PA LS ÁUDIO COM 16 EASYLINE E-1P 8 SUB LS ÁUDIO SLINPEC 218 4 FRONTFILL KSA 112 2 AMPLIFICADORES LS ÁUDIO PS2 2 AMPLIFICADORES LS ÁUDIO PS4 2 PROCESSADORES LAKE LM26 1 PROCESSADOR DB 4X8 RACK DE FRONT FILL STUDIOR X5 XD CONSOLE PA YAMAHA PM5D RH CONSOLE MONITOR YAMAHA M7 SISTEMA DE MAIN POWER 110V 220V RACK DE SIDE FILL LEXSEN RACK MONITOR 4 STUDIO R X5 8 MONITORES SM400 SUB PARA BATERIA SB 850 SIDE FILL STANDER RIO2K E KSA 218 BATERIA PEAR TARGET SISTEMA DE BAIXO HARTKE 5500 MAIS CAIXAS 4X10 E 1X15 CUBO DE GUITARRA FENDER TWIN CUBO DE GUITARRA MARSHALL VÁLVULE STAGE 100 COM CAIXA 4X12 MICROFONE SHURE 12 SM 58 05 SM 57 05 SM 81 03 SM 52 MICROFONES SENNHEISER E 604 E 602 MICROFONES AKG D112 MICROFONES SEM FIO SHURE QLDX SENNHEISER G4 IN EAR SENNHEISER G4 (2 UNIDADES) DIRECTBOX IMP2 (8 UNIDADES) COMUNICAÇÃO PA MOTOR PEDESTAIS PARA MICROFONE MULTICABO 48VIAS MULTICABO 12VIAS SUBSNAKES PARA O PALCO 03 TÉCNICOS (PS, PALCO E MONITOR) 03 AJUDANTES DE MONTAGEM OBS: SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS SIMILARES OU	21	UNIDADE	9.866,66	207.199,86



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	MELHORES, NOMES ACIMA APENAS PARA COMPARATIVO.				
5	EQUIPAMENTO SOM MÓVEL (CARRO) DEVERÁ TER CAPACIDADE DE SONORIZAR EVENTOS ATRAVÉS DE VEÍCULO MÓVEL, PARA ATENDER DEMANDA DE PÚBLICO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO RUAS E PARQUES, NÃO ULTRAPASSANDO OS DECIBÉIS PERMITIDOS NA LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO. PARA EVENTOS DE ATÉ 02 HORAS. 01 CARRO POPULAR, UTILITÁRIO OU SIMILAR. 01 CAIXA DE SOM ESPECÍFICA PARA CARRO DE SOM COM SOM VOLTADO PARA OS QUATRO LADOS, ATINGINDO CALÇADAS E PARTE POSTERIOR E ANTERIOR DO CARRO, COM SEU RESPECTIVO AMPLIFICADOR. 01 MESA DE SOM COM BLUETOOTH OU SIMILAR PARA MICROFONE E NOTEBOOK PARA MÚSICAS. SISTEMA ELÉTRICO PARA LIGAR MESA DE SOM E MICROFONE.	26	UNIDADE	933,33	24.266,58
6	CAMINHÃO DE SOM MÓVEL PARA PEQUENAS APRESENTAÇÕES E CARREATAS EM BAIRROS DA CIDADE. 01 CAMINHÃO ABERTO COM CARROCERIA DE PELO MENOS 10M 01 GERADOR DE 30KVA 01 CONSOLE DIGITAL DE 32 CANAIS 04 SISTEMAS DE SOM PARA ALCANÇAR EM TORNO DE 100M, PARA PÚBLICO NAS RUAS OU PARQUES (GRAVES E ATIVAS DE BOA QUALIDADE) 02 MICROFONES SEM FIO 05 MICROFONES COM FIO E PEDESTAL 01 KIT DE BATERIA 04 MONITORES 01 SUB DE BATERIA PEQUENO 04 DIRECTBOX AMPLIFICAÇÃO NECESSÁRIA CABOS NECESSÁRIOS SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA LIGAR O EQUIPAMENTO (MAINPOWER) COM CABO 12 LEDS PARA ILUMINAÇÃO 04 BEAM 200 01 MESA DE LUZ DIGITAL CABEAMENTOS E ITENS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO 01 MOTORISTA HABILITADO 01 TÉCNICO DE LUZ 01 TÉCNICO DE SOM OBS: VALOR PARA ATÉ 02 HORAS DE USO ANDANDO OU 03 HORAS PARADO.	22	UNIDADE	13.100,00	288.200,00
7	EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO 2 SERÁ UTILIZADO EM EVENTOS, SHOWS E ATIVIDADES QUE EXIJAM EXTREMA FIDELIDADE. PARA EVENTOS DE ATÉ 01 DIA. EQUIPAMENTO: 01 OPERADOR (RESPONSÁVEL TÉCNICO) MONTAGEM E DESMONTAGEM 01 PROJETO DE NO MÍNIMO 3.500 ANCI-LUMENS E CABO HDMI DE 02 METROS 01 TELA DE PROJEÇÃO DE	61	UNIDADE	1.250,00	76.250,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	150" 01 NOTE PARA IMAGENS 01 EXTENSÃO DE 15M COM RÉGUA DE 5 TOMADAS 01 TÉCNICO RESPONSÁVEL DURANTE O EVENTO				
8	ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE 2 PARA EVENTOS DE 01 DIA 36 METROS DE P50 60 METROS DE P30 06 PAU DE CARGA 06 BASES 06 SLEEVES 06 TALHAS 06 CINTAS DE AMARRAÇÃO 2M 22 BEAM 200 14 SPOT 16 MAC AUREA 30 PAR LED RGBW 5W 10 ATOMIC LED RGB 4 BRUT 4 LÂMPADAS 6 BRUT 2 LÂMPADAS 8 ELIPSOIDAL 12 PAR 64 10 COB 200 1 MAIN POWER + 6 SPLITER DMX 2 RACK DIMER C.S. TRONICS 1 MA COMAND + FADER CABOS NECESSÁRIOS PARA AS LIGAÇÕES SISTEMA DE ATERRAMENTO 01 TÉCNICO DE LUZ 02 AJUDANTES PARA MONTAGEM	27	UNIDADE	7.333,33	197.999,91
9	ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE 2 PARA EVENTOS DE 01 DIA 02 MINI BRUTES 24 CANHÕES DE LED RGBW 05W 04 PC 08 BEAM 200 06 REFLETOR COBY 200 50 METROS DE P30 01 MESA DE LUZ DIGITAL SISTEMA DE ATERRAMENTO CABOS E FIAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MONTAGEM 01 TÉCNICO DE LUZ MONTAGEM E DESMONTAGEM	39	UNIDADE	3.863,33	150.669,87
10	PAINEL DE LED PARA EVENTOS DE 01 DIA MODELO MÍNIMO 3.9 INDOOR E OUTDOOR INCLUSO PROCESSADOR/TRANSMISSOR; MATERIAL DE MONTAGEM (P30) FRETE, MONTAGEM E DESMONTAGEM 01 TÉCNICO DE VÍDEO PRESENTE DURANTE O EVENTO LAUDOS E ART	869	UNIDADE	426,66	370.767,54
11	LOCAÇÃO DE REFLETORES REFLETORES LED RGBW 05 WATS, COM CABOS E MONTAGEM	190	UNIDADE	61,66	11.715,40

Valor total do Lote 1 **R\$ 1.994.595,01**

LOTE 2

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor máximo unitário R\$	Valor máximo total R\$
1	LOCAÇÃO DE TENDAS COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E COBERTURA DE LONA VINILICA - TAMANHO 5 X 5 METROS (PARA EVENTOS DE ATÉ 2 DIAS). DEVERÁ ESTAR INCLUÍDO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS	59	UNIDADE	1.966,66	116.032,94
2	LOCAÇÃO DE COBERTURA DUAS ÁGUAS EM ALUMÍNIO P30 PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS MEDINDO 10M DE LARGURA SENDO O COMPRIMENTO VARIÁVEL,	1.408	m²	59,00	83.072,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	PORÉM RESPEITANDO A MODULAÇÃO DE 5 EM 5M (EX: 10X5M; 10X10M; 10X15M; 10X20M; 10X25M E PÉ DIREITO DE 4M, TODA ESTRUTURADA EM TRELIÇAS DE ALUMÍNIO E COBERTA COM LONA VINÍLICA BRANCA COM BLACKOUT. COM SLEEVE E BASES NECESSÁRIAS. EQUIPE DE NO MÍNIMO 04 PESSOAS PARA MONTAGEM (VALOR POR M²)				
3	LOCAÇÃO DE PALCO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30 E PISO CONFECCIONADO EM MADEIRITE NAVAL E ALUMÍNIO 18MM (PRATICÁVEIS) COM ATÉ 1M DE ALTURA, MEDINDO 50M² PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS 03 PESSOAS PARA MONTAGEM DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS.	42	UNIDADE	2.430,00	102.060,00
4	LOCAÇÃO DE PALCO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30 E PISO CONFECCIONADO EM MADEIRITE NAVAL 18MM COM ATÉ 1M DE ALTURA, MEDINDO 80M². PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS 03 PESSOAS PARA MONTAGEM DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS	40	UNIDADE	3.900,00	156.000,00
5	LOCAÇÃO DE PALCO COM GUARDA-CORPO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30 E PISO CONFECCIONADO EM MADEIRITE NAVAL 18MM (PRATICÁVEIS) COM ATÉ 1,5M DE ALTURA, MEDINDO 120M² PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS 04 PESSOAS PARA MONTAGEM DEVERÁ ESTAR INCLUSO ARTE E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS	24	UNIDADE	8.000,00	192.000,00
6	LOCAÇÃO DE COBERTURA PARA PALCO EM DUAS ÁGUAS COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30, SLIVES E BASES, LONA BRANCA ANTI CHAMAS, MEDINDO 100M² (10MX10M) COM PÉ DIREITO NA LATERAL DE 6M.FECHAMENTO NA PARTE DE TRÁS COM SOMBRITE E DUAS LATERAIS COM LONA. DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS.	44	UNIDADE	5.966,66	262.533,04
7	COBERTURA TAMANHO: 10M X 15M X 8M COBERTURA EM Q30BOX TRUSS DE ALUMÍNIO COM BASES SUSTENTANDO COLUNAS TRELIÇADAS DO TIPO 0,3MX0,3M DE 5 METROS DE ALTURA NAS LATERAIS, SUSPENSAS POR TALHAS DE 01 TONELADA NO MÍNIMO COM TODA ESTRUTURA COBERTA POR LONA BRANCA COM LAUDO ANTICHAMAS CONFORME	34	UNIDADE	7.043,33	239.473,22



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
 Prefeitura Municipal de Estrela
 Setor de Licitações
 Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
 Fone: (51) 3981-1025

	LEGISLAÇÃO EM VIGÊNCIA TRAVAMENTO PARA ESTABILIZAR O CONJUNTO DAS ESTRUTURAS QUE SÃO INTERLIGADAS COM PARAFUSOS DE AÇO, FIXADAS SOB PRESSÃO DE FORMA A GARANTIR A ESTABILIDADE DA ESTRUTURA, ALÉM DE TRAVAMENTOS COM CINTAS. TUDO DEVE TER ART E LAUDOS EXIGIDOS PELOS BOMBEIROS E CREA, DEVE ESTAR INCLUSO O TRANSPORTE, A MONTAGEM, DESMONTAGEM, DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS EQUIPE DE NO MÍNIMO 4 PESSOAS PARA MONTAGEM				
8	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE TABLADO DE MADEIRA COM ALTURA DE NO MÍNIMO 5CM, MODELOS DECK OU CHAPEADO, PARA SER USADO EM FEIRAS E EXPOSIÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO PISO COM CORREÇÃO DE IRREGULARIDADE DE ATÉ 30CM. INCLUSO MONTAGEM E DESMONTAGEM. PARA ATÉ 5 DIAS EQUIPE DE NO MÍNIMO DE 4 PESSOAS PARA MONTAGEM	3.215	UNIDADE	55,00	176.825,00
9	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA BOX TRUSS Q30 ESTRUTURA DE ALUMÍNIO Q30 PARA MONTAGEM DE BACKDOPS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO. OBS: ESTRUTURA EM METRO LINEAR POR 2 DIAS, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PRENDER OS BANNERS.	2.310	UNIDADE	47,33	109.332,30

Valor total do Lote 2 **R\$ 1.437.328,50**

LOTE 3

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor máximo unitário R\$	Valor máximo total R\$
1	CADEIRA DE PLÁSTICO Cadeira plástica empilhável. Estrutura de 4 pés e sem braço. 100%em polipropeno. Com capacidade de 120 a 140kg, com encosto reforçado. Medidas do produto: 51,2 cm x 42,5 cm x 88,8 cm. Com certificação pelo INMETRO CADEIRA PLÁSTICA EMPILHÁVEL. ESTRUTURA DE 4 PÉS E SEM BRAÇO. 100%EM POLIPROPENO. COM CAPACIDADE DE 120 A 140KG, COM ENCOSTO REFORÇADO. MEDIDAS DO PRODUTO: 51,2 CM X 42,5 CM X 88,8 CM. COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO	6.500	UNIDADE	4,66	30.290,00
2	LOCAÇÃO DE MESA TIPO BISTRO, 90 A 100CM DE ALTURA PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E MESA DE APOIO (INCLUSO TRANSPORTE)	91	UNIDADE	68,33	6.218,03



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

3	LOCAÇÃO DE PULPITO EM ACRILICO TRANSPARENTE MODELO TRADICIONAL SEM QUALQUER TIPO DE LOGOMARCA IMPRESSO PARA SER USADO EM EVENTOS OFICIAIS DO MUNICIPIO (INCLUSO TRANSPORTE)	26	UNIDADE	168,33	4.376,58
4	LOCAÇÃO DE POLTRONAS MODELO FERRADURA, NA COR PRETA REVESTIDAS EM COURINO PARA SEREM USADAS EM AVENTOS OFICIAIS, PALESTRAS E OUTRAS OCASIÕES PROMOVIDAS PELO MUNICIPIO (INCLUSO O TRANSPORTE)	46	UNIDADE	140,00	6.440,00
5	LOCAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO COM ESTRUTURA METÁLICA MEDINDO ENTRE 2,00 E 2,50 METROS DE COMPRIMENTO E NO MÍNIMO 1,20 METROS DE ALTURA, INCLUINDO O CUSTO DO TRANSPORTE DE DESLOCAMENTO, SENDO NO MÍNIMO 50 GRADES LOCADAS - PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS. DEVERÁ ESTAR INCLUSO SRT E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS.	760	UNIDADE	60,00	45.600,00
6	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS EM ALUMÍNIO NO TAMANHO 2MX1M, COM PÉS TELESCÓPIOS E POSSIBILIDADE DE ALTURAS VARIÁVEIS ENTRE 10 E 100CM. SUPERFÍCIE EM CARPETE. INCLUSO TRANSPORTE LOCAÇÃO PARA UM DIA	368	UNIDADE	208,33	76.665,44
7	LOCAÇÃO DE MESAS DE PVC MESAS EM PVC TAMANHO 0,90X0,90X0,80 PARA EVENTOS DO MUNICÍPIO	410	UNIDADE	15,00	6.150,00
8	LOCAÇÃO CONJUNTO LOUNGE/RECEPÇÃO MESA DE APOIO DE NO MÍNIMO 90CM DE ALTURA, POLTRONA DOIS LUGARES, TAPETE DE NO MÍNIMO 2MX2M E DUAS PLANTAS DE NO MÍNIMO 1M DE ALTURA COM CACHEPÔ.	17	CONJUNTO	800,00	13.600,00

Valor total do Lote 3 **R\$ 189.340,05**

1.2. Além das especificações elencadas no descritivo dos **itens 1.1.**, deverá o licitante observar as demais características técnicas estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital.

1.3. É facultado à Administração contratar as quantidades constantes no **item 1.1.** deste Edital;

1.3.1. Se contratadas, as quantidades serão fornecidas pela licitante vencedora mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste Edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

1.4. As empresas deverão executar as quantidades solicitadas pelo Município, estipulando em sua proposta de preços a quantidade total prevista no **item 1.1.** deste Edital.



2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas, documentos e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.2.1. A qualquer momento, a licitante poderá ser convocada a manifestar-se durante a sessão, em havendo prejuízo para o julgamento da proposta e/ou dos documentos de habilitação, a falta de manifestação poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação de sua proposta;

2.3.3. Comunicar, imediatamente, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio;

2.3.6. O licitante que pretende usufruir dos benefícios previstos nos arts. 42 à 49 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar declaração de enquadramento como beneficiário em que conste expressamente que está excluído das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que no ano-calendário de realização dessa licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme **ANEXO III**.

2.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

2.4.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles



seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.2.1. Para fins de atendimento da Lei Orgânica, é vedado a vereador deste município firmar ou manter contrato com empresa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público da administração municipal.

2.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;

2.4.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.4.5. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

2.4.6. Pessoa física ou jurídica que incorra nas vedações do art.14 da Lei nº 14.133/21.

2.5. O impedimento de que trata o **item 2.4.1.**, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, observando-se o **item 4.** abaixo referido, permitindo-se a retirada ou substituição destas até a abertura da sessão pública.

3.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados pelo licitante vencedor, exclusivamente por meio do sistema, após o encerramento da fase de lances, observando-se o **item 5.** deste Edital, no prazo de 2h (duas horas) a partir de sua solicitação, prorrogável a critério do pregoeiro/agente de contratação.

3.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitar-lhe-á às sanções legais:

3.3.1. Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade da informação prestada, na forma da lei;

3.3.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.3. Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar



ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06 e que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.3.3.1 É responsabilidade exclusiva da licitante marcar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do Sistema, a condição de beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, sob pena de não usufruir dos benefícios previstos nesta Lei na etapa de lances. Caso a declaração seja apresentada posteriormente à fase de lances, os benefícios serão aplicados apenas a partir do momento de sua efetiva apresentação, não retroagindo aos atos processuais anteriores, inclusive aos lances já ofertados.

3.3.4. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

3.3.5. Que atende ao disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República.

3.4. As empresas deverão fornecer as quantidades solicitadas pelo Município, devendo estipular em sua proposta de preços a quantidade total prevista no **item 1.1.** deste Edital.

3.5. Outras eventuais declarações ou documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema no prazo máximo de 02 (duas) horas, prorrogáveis a critério do pregoeiro.

3.6. As empresas deverão fornecer as quantidades solicitadas pelo Município, devendo estipular em sua proposta de preços a quantidade total prevista no **item 1.1.** deste Edital.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse Edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando-se as diretrizes do **ANEXO I – Termo de Referência**, com a indicação do valor global por lote, englobando os custos de mão de obra/transporte, carga/descarga bem como impostos e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante, antes do encerramento da fase de lances, importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão identificar, nos campos relativos à proposta, bem como nas ferramentas de *chat* durante a sessão, quaisquer informações que possam levar à identificação de sua empresa, até que se encerre a etapa de lances.

4.4. O valor máximo unitário e total a ser pago pelos equipamentos é o constante no **item 1.** desse Edital.

4.5. O valor da proposta deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos com no máximo 02 (duas) casas decimais.



4.6. A licitante melhor colocada deverá apresentar a proposta reajustada ao lance, sob pena de desclassificação, nos termos do **item 3.2.**.

4.6.1. Em havendo necessidade de arredondamento de valores unitários do lote, na proposta ajustada ao lance, estes deverão ser efetuadas de forma a não majorar o valor global da proposta.

4.7.1. Em havendo necessidade de arredondamento de valores unitários do lote, na proposta ajustada ao lance, estes deverão ser efetuadas de forma a não majorar o valor global da proposta.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante vencedora deverá enviar os seguintes documentos, no prazo e na forma estabelecidos no **item 3.2.** do Edital, quando solicitados pelo pregoeiro/agente de contratação:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.1.2.1. O contrato social do ato constitutivo mencionado neste item deverá ser apresentado com todas as alterações, ou apresentada a consolidação.

5.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

5.1.2.2. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (**Certidão Conjunta Negativa**);

5.1.2.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

5.1.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

5.1.2.5. **Inscrição no cadastro de contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

5.1.2.6. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).

5.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

5.1.2.8. Prova de cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – (**ANEXO II**).



5.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.1.3.1. Certidão negativa de **falência e concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.3.1.1. No caso de a certidão não possuir data de validade, a sua data de expedição não poderá ser anterior a 90 dias da data de abertura da licitação.

5.2. Para as empresas cadastradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, nos termos do art. 87 da Lei nº 14.133/21.

5.2.1. A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.2.2. Caso algum dos documentos obrigatórios exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.3.1. Certificado de Registro da empresa na entidade profissional competente, plenamente válido.

5.3.2. **Comprovação da capacitação técnico-profissional:** apresentar profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, observado o disposto no §12 do artigo 67 da Lei 14.133/2021.

5.3.3. O atestado apresentado deverá estar acompanhado da ART que lhe deu origem ou, alternativamente, poderá ser apresentado atestado registrado na entidade profissional competente.

5.3.4. O profissional indicado deverá comprovar vínculo com a licitante ou apresentar declaração de contratação futura, assinada pela empresa e pelo profissional indicado.

5.3.5. As parcelas consideradas de maior relevância técnica e de valor significativo, para comprovar a execução de serviços de características semelhantes, são:

5.3.5.1. Execução de instalação elétrica abaixo de 1.000V (LOTE 1);

5.3.5.2. Execução de sonorização (LOTE 1);

5.3.5.3. Execução ou projeto e execução ou locação de Estruturas Metálicas (LOTE 2).

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro/agente de contratação abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



6.2.1. A qualquer momento a licitante poderá ser convocada a se manifestar durante a Sessão, em havendo prejuízo para o julgamento da proposta e/ou dos documentos de habilitação, a falta de manifestação poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação de sua proposta.

6.3. A comunicação entre o pregoeiro/agente de contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O pregoeiro/agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

7.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

7.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

7.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

7.2.4. Não tiverem sua exequibilidade e/ou conformidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

7.2.6. Não forem ajustadas ao lance, quando solicitado.

7.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.3.1. A não apresentação da proposta ajustada ao lance, quando solicitada, caracteriza a não manutenção da proposta por parte da licitante.

7.4 Quaisquer inserções na proposta que visem a modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro/agente de contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando-se o horário fixado para duração da etapa competitiva e as seguintes regras:

7.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



7.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7.4. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 1.000,00 (mil reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

7.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8. MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa **aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento estabelecido neste Edital.

8.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.2.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando tratar-se de lances intermediários.

8.2.2. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.2.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no Edital de licitação, para a definição das demais colocações.

8.2.3.1. Na hipótese do reinício da sessão referido, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.3. Encerrada a etapa de envio de lances, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagem.

8.4. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro/agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro/agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24h (vinte e quatro horas) da comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.



9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06;

9.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.2.1. A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

9.1.2.2. Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, pela ordem de classificação, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no **item 9.1.2.1.** do edital.

9.1.3. O critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/06.

9.2. Se não houver o empate previsto no **item 9.1.** e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.2.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.2.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

9.2.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.2.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.3.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

9.3.2. Empresas brasileiras;

9.3.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

9.3.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

9.4. Caso persista o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate mencionados, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas, a ser realizado em sessão pública.



10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro/ agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, no prazo de 10 (dez) minutos.

10.2. O envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro/ agente de contratação, deverão ser encaminhados no prazo fixado no **item 3.2.** deste Edital.

10.2.1. Após a fase de lances, será solicitado ao licitante detentor da melhor proposta que demonstre o atendimento das características dos produtos ofertados às exigências do Edital;

10.2.1.1. A demonstração poderá ocorrer mediante apresentação de catálogos, *folders* ou outros que apresentem as informações necessárias para a referida demonstração, no prazo fixado no **item 3.2.** deste Edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, certificando o atendimento do que foi proposto ao que foi solicitado em Edital e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que:

10.5.1. Contiverem vícios insanáveis;

10.5.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

10.5.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

10.5.4. Não tiverem sua exequibilidade e/ou conformidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.5.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;

10.5.6. Não forem ajustadas ao lance, quando solicitado;

10.5.6.1. A não apresentação da proposta ajustada ao lance, quando solicitada, caracteriza a não manutenção da proposta por parte da licitante.

10.6. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.7. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente.



11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, de que trata o **item 5.** do Edital, enviados nos termos do **item 3.2.**, serão examinados pelo pregoeiro/agente de contratação e equipe de apoio, que verificarão a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras.

11.1.1. A comprovação da condição de habilitação do licitante terá como base a data de abertura da sessão pública do certame.

11.1.2 Para licitantes beneficiárias da LC 123/06, os documentos elencados no **item 5.1.2** emitidos após a abertura do certame, que comprovem sua habilitação na data em que for solicitado, serão considerados válidos para fins de habilitação, em vista do prazo garantido para regularização documental conforme a referida legislação.

11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/06, que tenha apresentado a declaração exigida neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação dos documentos elencados no **item 5.1.2**, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.2.1. O prazo para a regularização referida terá início a contar da divulgação do julgamento da habilitação.

11.3. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro/agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso aos demais participantes.

11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.6. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro/agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6.1. Não serão considerados “novos documentos”, para fins de julgamento da habilitação e/ou proposta, documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante, bem como aqueles que estiverem ausentes ou que não foram juntados com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, desde que apenas venham a atestar condição pré-existente à



abertura da sessão pública do certame, devendo ser apresentados quando solicitados pelo pregoeiro/agente de contratação.

11.7. A verificação, pelo pregoeiro/agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

12.1.1. Julgamento das propostas;

12.1.2. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

12.1.3. Anulação ou revogação da licitação.

12.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

12.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude de julgamento de propostas ou de julgamento de habilitação ou inabilitação, serão observadas as seguintes disposições:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio no sistema, em momento único, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, que iniciará a correr após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação.

12.3.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que trata o **item 11.2.1..**

13. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/21.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar a ata de registro de preço no prazo de até 05 (cinco) dias, podendo ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido pela licitante, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



14.2 Para a assinatura da ata de registro de preço, a licitante deverá manter as condições de habilitação consignadas no Edital.

14.3. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar a ata de registro de preço, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para assinar a ata, sem prejuízo da aplicação das sanções.

15. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/21.

15.2. Durante o prazo de validade da ata inexistirá obrigatoriedade, por parte da Administração Municipal, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.

15.3. Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo registro o direito de cancelar a ata na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora o contraditório e ampla defesa.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (NOTA DE EMPENHO)

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será emitido instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho).

16.2. O adjudicatário será informado da instrumentalização da ata de registro de preços e, posteriormente, acerca da emissão do instrumento equivalente a indicar a necessidade de compra pela Administração.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) disponibilização de acesso ao sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida às disposições da legislação pertinente;

16.3.2. A detentora da ata vincula-se a sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos.



17. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PROCEDIMENTO

17.1. A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

17.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos prestadores de serviço.

17.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

17.1.2.1. Convocar o licitante vencedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

17.1.2.2. Frustrada a negociação, o licitante será liberado do compromisso assumido; e

17.1.2.3. Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

17.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

17.1.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

17.1.3.2. Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

17.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.2. O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

17.3. O licitante detentor da ata de registro de preços poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes da seguinte forma:

17.3.1. Via protocolo, realizar solicitação formal de Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Órgão Gestor do Registro de Preços, onde demonstre as perdas por meio de planilhas de composição de custos, elaboradas quando da contratação e de aquisições atuais;

17.3.2. Anexar à solicitação notas fiscais comprobatórias do aumento de preços de materiais, insumos ou mão de obra, em nome e CNPJ da empresa efetivamente detentora da ata de registro de preços, além de outros documentos comprobatórios que se fizerem necessários, demonstrando de forma objetiva e explícita o desequilíbrio contratual da empresa contratada, restando comprovada a imprevisibilidade da alteração dos custos.

17.4. A recomposição de preços será realizada com base nos percentuais de aumento/redução dos custos, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do detentor da ata e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço ou fornecimento do objeto.



17.5. O Órgão Gestor do Registro de Preços poderá recusar a recomposição de preços nos casos de:

17.5.1. Ausência de quaisquer documentos e comprovantes anteriormente elencados, necessários à comprovação do desequilíbrio contratual;

17.5.2. Culpa, imperícia ou imprevidência da execução do objeto pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento; aquisição do mesmo insumo ou material de fornecedores distintos; dentre outros);

17.5.3. Ausência de elevação do custo do produto à empresa efetivamente detentora da ata;

17.5.4. Ocorrência do evento antes da formulação das propostas;

17.5.5. Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado.

17.6. As negociações com os fornecedores serão feitas pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

17.6.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, contando-se eventual prazo a partir da data da ciência, recebimento ou publicação.

17.7. O preço de mercado será obtido com base nos preços praticados pelas demais empresas participantes do Registro de Preços, podendo também ser obtido por meio de outros fornecedores, sites, jornais ou com base nos preços praticados por outras Prefeituras Municipais.

17.8. O valor atualizado não poderá ser superior ao preço de mercado.

18. EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1. O objeto licitado deverá ser executado em total consonância com as especificações descritas no **ANEXO I – Termo de Referência** desse Edital.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a entrega do objeto devidamente atestado pelo responsável, e entrega da nota fiscal no setor de contabilidade.

19.1.1. Em caso de o setor contábil verificar quaisquer divergências na nota fiscal apresentada, solicitará a sua substituição, correndo o prazo acima a partir do recebimento da nota fiscal corrigida.

19.2. Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base na variação do INPC do período.

19.3. A nota fiscal deverá ser emitida conforme o Protocolo ICMS nº 42, de 03 de julho de 2009, alterado pelo protocolo ICMS nº 85, de 09 de julho de 2010.

19.4. A nota fiscal deverá ser faturada de acordo com a nota de empenho emitida pelo Setor de Contabilidade do Município.

19.5. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.



20. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão processar-se-á de acordo com o que estabelecem os arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.

20.2. A rescisão da ata pela Administração poderá ocorrer quando:

20.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

20.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

20.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

20.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

20.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

20.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

20.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação;

20.3. A rescisão da ata pela detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata;

20.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante pedido formal via protocolo, facultada à Administração a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

20.4. Quando da rescisão da ata pela Administração, a comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

20.4.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o registro a partir da publicação;

20.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar pela ordem as demais licitantes classificadas para, mediante a sua concordância, assumirem a execução do objeto da ata.

21. DA ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

21.1. As partes observarão os preceitos da Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente contratação, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.

21.1.1. As partes estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto da contratação deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.



21.1.2. As partes comprometem-se a atuar em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.

21.1.3. Devido às complexidades e particularidades quanto ao tema da LGPD, as partes comprometem-se a participar de procedimentos de *due diligence*/gestão de terceiros para demonstrar transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas aos titulares de dados pessoais.

21.2. As partes comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da contratação, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

21.3. As partes comprometem-se a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados, servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/11 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento do Contrato, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas leis.

21.3.1. As partes comprometem-se a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.

21.4. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos do titulares em observância ao art. 18 da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução do objeto.

21.4.1. Se uma das partes receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a parte responsável para que adote as providências necessárias para atender à solicitação recebida.

21.4.2. Cada parte será responsável perante a outra parte por incidente de segurança a que der causa na execução do objeto, devendo informar por escrito à outra parte, de forma detalhada, tão logo tenha ciência da ocorrência, sob pena de incorrer nas penalidades previstas. A responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

21.5. As partes convencionam pela criação de canal de diálogo direto entre o Encarregado de Dados de cada parte para tratar dos assuntos relacionados à LGPD (encaminhamento de notificações, informações quanto à ocorrência de incidentes de segurança, esclarecimentos de eventuais dúvidas e troca de informações).



21.6. Sendo realizada a transferência internacional de dados pessoais para atender às finalidades contratuais, as partes comprometem-se a atender às exigências da LGPD com o cumprimento de garantias suficientes em relação às medidas de segurança, técnicas e organizacionais.

21.7. Encerrada a vigência do ata de registro de preços as partes interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (sejam em formato físico, digital ou outro qualquer), salvo quando necessitarem mantê-los para cumprimento da obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

21.8. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a execução desse objeto, as partes comprometem-se a adequar as condições vigentes.

21.8.1. Havendo alteração na legislação que impeça a continuidade da execução do objeto, conforme as disposições acordadas, a parte deverá notificar formalmente este fato a outra parte, que terá o direito de resolver o presente instrumento contratual.

21.9. Na divisão regressiva de eventuais penalidades ou indenizações pagas por qualquer das partes em decorrência de operações de tratamento de dados relacionadas ao objeto, cada parte será responsável pelos prejuízos que forem decorrentes das suas específicas atribuições.

21.9.1. Eventuais condenações decorrentes do tratamento de dados pessoais realizados em cumprimento de determinações impostas por uma parte a outra, será de responsabilidade exclusiva da parte que forneceu as instruções de tratamento.

21.9.2. A parte inocente deverá ser ressarcida diante de qualquer desembolso de penalidades ou indenizações advindas do cumprimento das instruções recebidas da outra parte no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação pela responsável.

21.9.3. A parte que receber instrução direta ou indireta poderá ser auditada para fins de verificação do cumprimento da instrução exarada pela outra parte.

22. OBRIGAÇÕES

22.1. Da Administração

22.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora, de acordo com o Edital e anexos.

22.1.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto através dos servidores designados no Processo Administrativo nº 1126/2025;

22.1.3. Efetuar o pagamento na forma e prazo convencionados neste instrumento;

22.1.4. Notificar a detentora sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, exigindo sua reparação/substituição.

22.1.5. Aplicar as sanções previstas nesse Edital, caso necessário.

22.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



22.1.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Termo de Formalização de Demanda;

22.1.8. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

22.2. Da Detentora Da Ata

22.2.1. Efetuar a entrega do objeto em total consonância com as especificações, prazo e locais descritos no **ANEXO I - Termo de Referência** desse Edital;

22.2.2. Responder pelos eventuais vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).

22.2.3. Arcar com os tributos federais, estaduais e municipais que incidirem sobre o objeto;

22.2.4. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.2.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da licitação.

22.2.6. Assumir todas as despesas necessárias para a entrega do objeto nos locais indicados pela Secretaria Municipal.

22.2.7. Cumprir as especificações e preços estabelecidos em sua proposta.

22.2.8. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e do Termo de Referência/Termo de Formalização de Demanda, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

22.2.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

22.2.10. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, inc. II, da Lei 14.133/21 e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados.

22.2.11. Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao Município, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da empresa, em decorrência da execução dos serviços desta contratação, não cabendo ao Município, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes, ficando o Município autorizado, desde já, a reter os créditos decorrentes da prestação dos serviços, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a empresa das sanções previstas no Contrato, Edital e seus anexos, até a completa indenização dos danos.

22.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica.

22.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;



22.2.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

22.2.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

22.2.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

22.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

23.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **item 23.1.** deste Edital as seguintes sanções:

23.2.1. Advertência;

23.2.3. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

23.2.4. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



23.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.2.6. As sanções previstas nos **itens 23.2.1; 23.2.3. e 23.2.4.** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no **item 23.2.2..**

23.2.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente Edital.

23.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.3. As sanções previstas nos **itens 23.2.1.; 23.2.3. e 23.2.4.** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a previsão do **item 23.2.2..**

23.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente Edital.

23.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.6. Para a aplicação das sanções, serão considerados:

23.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

23.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

23.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

23.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7. A aplicação das sanções previstas no **item 23.2.** deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.8. A sanção prevista no **item 23.2.3.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 23.1.2.; 23.1.3.; 23.1.4.; 23.1.5.; 23.1.6. e 23.1.7.** desse Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.

23.9. A sanção prevista no **item 23.2.4.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos **itens 23.1.8.; 23.1.9.; 23.1.10.; 23.1.11 e 23.1.12.** do Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 23.1.2; 23.1.3.; 23.1.4.; 23.1.5. e 23.1.6.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **item 23.8.** do Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.

23.10. Na aplicação da sanção prevista no **item 23.2.2.** do presente Edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



23.11. Para aplicação das sanções previstas no **item 23.2.3.** e **23.2.4.** do presente Edital, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

23.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de Administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

23.14. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

23.14.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

23.14.2. Pagamento da multa;

23.14.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

23.14.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

23.14.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

23.15. Constituem comportamentos que serão enquadrados no **item 23.1.4.**, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

23.15.1. Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

23.15.2. Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

23.15.3. Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

23.15.4. Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no Edital de licitação.

23.16. Constituem comportamentos que serão enquadrados no **item 23.1.5.**, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

23.16.1. Deixar de atender a convocações do pregoeiro/agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

23.16.2. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo pregoeiro/agente de contratação;

23.16.3. Abandonar o certame;

23.16.4. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.



24. DAS UNIDADES REQUISITANTES

24.1. O objeto deste registro de preços poderá ser requisitado pelos seguintes Órgãos/Entidades:

24.1.1. Gabinete da Prefeita;

24.1.2. Gabinete do Vice-Prefeito;

24.1.3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Agronegócio;

24.1.4. Secretaria Municipal de Educação;

24.1.5. Secretaria Municipal da Fazenda;

24.1.6. Secretaria Municipal de Administração;

24.1.7. Secretaria Municipal de Saúde;

24.1.8. Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer;

24.1.9. Secretaria Municipal da Agricultura;

24.1.10. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana;

24.1.11. Secretaria Municipal de Cultura;

24.1.12. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;

24.1.13. Secretaria do Planejamento e Sustentabilidade;

24.1.14. Secretaria Extraordinária da Habitação;

24.1.15. Secretaria Extraordinária da Ciência, Trabalho, Tecnologia e Inovação.

24.2. Os órgãos e/ou as entidades que não participaram inicialmente do registro de preços poderão valer-se da ata de registro de preços, desde que devidamente comprovada a vantagem. Estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que sejam indicados os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

24.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

24.2.1.1. Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

24.2.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item acima não poderá exceder, na totalidade, **ao dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

25. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

25.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações deverão ser enviados ao pregoeiro/agente de contratação até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio da plataforma eletrônica utilizada para realização do certame.



25.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico da Prefeitura <http://estrela.atende.net> e no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei nº 14.133/21, sobre o valor inicial contratado.

26.2. A Administração poderá anular a licitação de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável ou revogá-la por motivo de conveniência e oportunidade, desde que o motivo determinante para a revogação for resultante de fato superveniente devidamente comprovado, devendo em ambos os casos, ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/21.

26.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Estrela/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

26.4. Em seu julgamento, o pregoeiro/agente de contratação poderá desconsiderar simples omissões, erros e falhas formais sanáveis, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o entendimento do conteúdo exigido na “Proposta” e na “Documentação”.

26.5. Prazos concedidos pelo agente de contratação poderão ser encerrados antecipadamente, se entender atendida a exigência, ou prorrogados, se considerar necessário mais prazo para atingir os objetivos da licitação.

26.6. As declarações/propostas assinadas digitalmente e os documentos emitidos eletronicamente ficam dispensados de serem enviados fisicamente, desde que possuam informação do endereço eletrônico, código de autenticidade ou outras informações necessárias à verificação de sua autenticidade na internet. Nos demais casos, a prova de autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

26.6.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, esse prazo poderá ser prorrogado.

26.7. Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no Edital.

26.8. Integram este Edital:

ANEXO I Termo de Referência

ANEXO II Declaração de cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02

ANEXO III Declaração de enquadramento como microempreendedor individual,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa.

ANEXO IV Minuta da Ata de Registro de Preços.

ANEXO V Declaração de acordo com o disposto no inc. IV do art.14 da Lei nº 14.133/21 e no inc. XI do art. 18 da Lei nº 14.791/23.

Estrela, 07 de maio de 2025.

CARINE ISABEL SCHWINGEL
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Identificação da Demanda:

Secretaria: Secretaria da Cultura

Responsável pela Demanda: Darlã Bellini

Matrícula: 1829

E-mail: sedac@estrela.rs.gov.br

Telefone: 3190-6938

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

O presente projeto visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização, iluminação, projeção, palco, cobertura, gazebo, bretes, Q30 e cadeiras para eventos, com o objetivo de atender as necessidades do Governo de Estrela, conforme calendário de eventos, nas especificações relacionadas a seguir:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	<u>SONORIZAÇÃO BÁSICA</u> 02 CAIXAS DE SOM ATIVAS DE NO MÍNIMO 1.000WATS RMS DE POTÊNCIA EM PEDESTAIS DE NO MÍNIMO 1,5M DE ALTURA ,COM 02 CAIXAS DE GRAVE ATIVAS DE NO MÍNIMO 1000WATS DE POTÊNCIA, DE PREFERÊNCIA IMPORTADAS OU SIMILARES NACIONAIS QUE TENHAM BOA QUALIDADE. 01 MESA DE SOM DE NO MINIMO 8 CANAIS PREFERENCIALMENTE DIGITAL. 01 MICROFONE COM FIO E PEDESTAL. 01NOTEBOOK. 01 MICROFONE SEM FIO MODELO SHURE OU SIMILAR. 01 OPERADOR DE SOM (RESPONSÁVEL TÉCNICO) MONTAGEM E DESMONTAGEM	Código não localizado	UNIDADE	75



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
 Prefeitura Municipal de Estrela
 Setor de Licitações
 Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
 Fone: (51) 3981-1025

	EQUIPAMENTO PARA PEQUENAS REUNIÕES, PALESTRAS, INAUGURAÇÕES PARA ATÉ 200 PESSOAS. PARA EVENTOS DE 01 DIA			
02	<u>SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE</u> EQUIPAMENTO DE SOM PEQUENO (EVENTOS PEQUENOS DE ATÉ 1500 PESSOAS) 04 SISTEMAS DE SOM COM 01 CAIXA DE GRAVE 18" E 02 CAIXAS MODELO LINE PARA ATENDER EVENTOS AO AR LIVRE E FECHADOS 01 MESA DIGITAL DE NO MÍNIMO 16 CANAIS 02 MICROFONES SEM FIO 05 MICROFONES COM FIO E PEDESTAL 01 KIT DE BATERIA 04 MONITORES 01 SUB DE BATERIA 04 DIRECTBOX AMPLIFICAÇÃO NECESSÁRIA CABOS NECESSÁRIOS SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA LIGAR O EQUIPAMENTO(MAINPOWER) COM CABO DE NO MÍNIMO 50 METROS 01 TÉCNICO DE SOM 02 AJUDANTES PARA MONTAGEM PARA EVENTOS DE 01 DIA	Código não localizado	UNIDADE	30
03	<u>SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE</u> 12 CAIXAS LINE ARRAY 12" 08 CAIXAS DE GRAVE LS OU SIMILAR 07 CAIXAS DE SOM , monitores ativos de palco 01 CAIXA DE MONITOR SUB PARA BATERIA COM DIVISOR INTERNO, DRIVER DE TITANIUM E 02 FALANTE 15" COM NO MÍNIMO 900 W RMS; 01 SIDE FILL STEREO; 02 MESAS DE SOM DIGITAIS DE NO MÍNIMO 48 CANAIS, COM 24 AUXILIARES; 21 MICROFONES COM PEDESTAIS E CABOS; 06 DIRECT BOX; 01 MULTICABO COM 52 CANAIS; CABOS DE LIGAÇÃO DO EQUIPAMENTO; 01 NOTEBOOK 01 BATERIA COMPLETA; Pearl Targ 02 CUBOS PARA GUITARRA (Fender Twin e Marshal New stage) 01 CUBO PARA CONTRABAIXO; Randal 1x15"/4x10" ENERGIA 110/220 EM, NO MÍNIMO DOIS PONTOS DO PALCO; SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA LIGAR O EQUIPAMENTO(MAINPOWER) COM CABO DE NO MÍNIMO 50 METROS 03 TÉCNICO DE SOM(PALCO, PA E MONITOR) 02 AJUDANTES PARA MONTAGEM	Código não localizado	UNIDADE	40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	Obs.: SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS SIMILARES OU MELHORES, NOMES ACIMA APENAS PARA COMPARATIVO PARA EVENTOS DE 01 DIA			
04	<u>SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE</u> PA LS ÁUDIO COM 16 EASYLINE E-1P 8 SUB LS ÁUDIO SLINPEC 218 4 FRONTFILL KSA 112 2 AMPLIFICADORES LS ÁUDIO PS2 2 AMPLIFICADORES LS ÁUDIO PS4 2 PROCESSADORES LAKE LM26 1 PROCESSADOR DB 4X8 RACK DE FRONT FILL STUDIOR X5 XD CONSOLE PA YAMAHA PM5D RH CONSOLE MONITOR YAMAHA M7 SISTEMA DE MAIN POWER 110V E 220V RACK DE SIDE FILL LEXSEN RACK MONITOR 4 STUDIO R X5 8 MONITORES SM400 SUB PARA BATERIA SB 850 SIDE FILL STANDER RIO2K E KSA 218 BATERIA PEAR TARGET SISTEMA DE BAIXO HARTKE 5500 MAIS CAIXAS 4X10 E 1 X 15 CUBO DE GUITARRA FENDER TWIN CUBO DE GUITARRA MARSHALL VÁLVULE STAGE 100 COM CAIXA 4X12 <u>MICROFONES SHURE</u> 12 SM 58 05 SM 57 05 SM 81 03 SM 52 <u>Microfones SENNHEISER</u> E 604 E 602 <u>MICROFONES AKG</u> D112 <u>MICROFONES SEM FIO</u> SHURE QLDX SENNHEISER G4 IN EAR SENNHEISER G4 (02 UNIDADES) DIRECT BOX IMP2 (08 UNIDADES) COMUNICAÇÃO PA MONITOR PEDESTAIS PARA MICROFONE MULTICABO 48VIAS MULTICABO 12VIAS SUBSNAKES PARA O PALCO 03 TECNICOS (PA, PALCO E MONITOR) 03 AJUDANTES DE MONTAGEM Obs.: SERÃO ACEITOS EQUIPAMENTOS SIMILARES OU MELHORES, NOMES ACIMA APENAS PARA COMPARATIVO	Código não localizado	UNIDADE	20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	<u>PARA EVENTOS DE 01 DIA</u>			
05	<u>EQUIPAMENTO SOM MÓVEL(CARRO)</u> DEVERÁ TER CAPACIDADE DE SONORIZAR EVENTOS ATRAVÉS DE VEÍCULO MÓVEL, PARA ATENDER DEMANDA DE PÚBLICO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COM, RUAS E PARQUES, NÃO ULTRAPASSANDO OS DECIBÉIS PERMITIDOS NA LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO. 01 CARRO POPULAR, UTILITÁRIO OU SIMILAR 01 CAIXA DE SOM ESPECÍFICA PARA CARRO DE SOM COM SOM VOLTADO PARA OS QUATRO LADOS, ATINGINDO CALÇADAS E PARTE POSTERIOR E ANTERIOR DO CARRO, COM SEU RESPECTIVO AMPLIFICADOR. 01 MESA DE SOM COM BLUETOOTH OU SIMILAR PARA MICROFONE E NOTEBOOK PARA MÚSICAS. SISTEMA ELÉTRICO PARA LIGAR MESA DE SOM E MICROFONE. PARA EVENTOS DE ATÉ 2 HORAS	457588	UNIDADE	20
06	<u>EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO</u> SERÁ UTILIZADO EM EVENTOS, SHOWS E ATIVIDADES QUE EXIJAM EXTREMA FIDELIDADE. EQUIPAMENTO: 01 OPERADOR (RESPONSÁVEL TÉCNICO) MONTAGEM E DESMONTAGEM; 01 PROJETOR DE NO MÍNIMO 3.500 ANCI - LUMENS E CABO HDMI DE 02 METROS 01 TELA DE PROJEÇÃO DE 150"; 01 NOTE PARA IMAGENS 01 EXTENSÃO DE 15M COM RÉGUA DE 5 TOMADAS 01 TÉCNICO RESPONSÁVEL DURANTE O EVENTO PARA EVENTOS DE 01 DIA	457589	UNIDADE	60
07	<u>CAMINHÃO DE SOM MÓVEL</u> PARA PEQUENAS APRESENTAÇÕES E CARREATAS EM BAIRROS DA CIDADE 01 CAMINHÃO ABERTO COM CARROCERIA DE PELO MENOS 10M. 01 GERADOR DE 30KVA 01 CONSOLE DIGITAL DE 32 CANAIS 04 SISTEMAS DE SOM PARA ALCANÇAR EM TORNO DE 100M, PARA PÚBLICO NAS RUAS OU PARQUES.(GRAVES E ATIVAS DE BOA QUALIDADE) 02 MICROFONES SEM FIO 05 MICROFONES COM FIO E PEDESTAL 01 KIT DE BATERIA 04 MONITORES 01 SUB DE BATERIA PEQUENO 04 DIRECTBOX AMPLIFICAÇÃO NECESSÁRIA CABOS NECESSÁRIOS SISTEMA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA LIGAR O EQUIPAMENTO(MAINPOWER) COM CABO 12 LEDS PARA ILUMINAÇÃO 04 BEAM 200 01 MESA DE LUZ DIGITAL CABEAMENTOS E ITENS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO 01 MOTORISTA HABILITADO	Código não localizado	UNIDADE	15



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
 Prefeitura Municipal de Estrela
 Setor de Licitações
 Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
 Fone: (51) 3981-1025

	01 TÉCNICO DE LUZ 01 TÉCNICO DE SOM Obs: VALOR PARA ATÉ DUAS HORAS DE USO ANDANDO, OU 03 HORAS PARADO.			
08	<u>ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE</u> 36 METROS P50 60 METROS P 30 06 PAU DE CARGA 06 BASES 06 SLEEVES 06 TALHAS 06 CINTAS DE AMARRAÇÃO 2M 22 BEAM 200 14 SPOT 16 MAC AUREA 30 PAR LED RGBW 5 W 10 ATOMIC LED RGB 4 BRUT 4 LÂMPADAS 6 BRUT 2 LÂMPADAS 8 ELIPSOIDAL 12 PAR 64 10 COB 200 1 MAIN POWER + 6 SPLITER DMX 2 RACK DIMER C.S. TRONICS 1 MA COMAND + FADER CABOS NECESSÁRIOS PARA AS LIGAÇÕES SISTEMA DE ATERRAMENTO 01 TÉCNICO DE LUZ 02 AJUDANTES DE MONTAGEM PARA EVENTOS DE 01 DIA	Código não localizado	UNIDADE	25
09	<u>ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE</u> 02 MINI BRUTES; 24 CANHÕES DE LED RGBW 05W. 04 PC 08 BEAM 200 06 REFLETOR COBY 200 50 METROS DE P30 01 MESA DE LUZ DIGITAL SISTEMA DE ATERRAMENTO CABOS E FIAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A MONTAGEM 01 TÉCNICO DE LUZ 02 AJUDANTES MONTAGEM E DESMONTAGEM. PARA EVENTOS DE 01 DIA	Código não localizado	UNIDADE	40
10	PAINEL DE LED MODELO MÍNIMO 3.9 INDOOR E OUTDOOR INCLUSO PROCESSADOR/TRANSMISSOR; MATERIAL DE MONTAGEM (P30) FRETE, MONTAGEM E DESMONTAGEM 01 TÉCNICO DE VÍDEO PRESENTE DURANTE O EVENTO LAUDOS E ART PARA EVENTOS DE 01 DIA	Código não localizado	METROS	1500m²
11	REFLETORES	Código	UNIDADE	200



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

REFLETORES LED RGBW 05 WATS, COM CABOS E MONTAGEM LOCAÇÃO PARA UM DIA	não localizado		
--	-------------------	--	--

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	LOCAÇÃO DE TENDAS COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E COBERTURA DE LONA VINILICA BRANCA - TAMANHO 5 X 5 METROS (PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS). -EQUIPE DE NO MÍNIMO 2 PESSOAS PARA MONTAGEM DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS		UNIDADE	60
02	LOCAÇÃO DE COBERTURA DUAS ÁGUAS EM ALUMÍNIO P30 MEDINDO 10M DE LARGURA SENDO O COMPRIMENTO VARIÁVEL, PORÉM RESPEITANDO A MODULAÇÃO DE 5 EM 5M (EX: 10X5M; 10X10M; 10X15M; 10X20M; 10X25M E PÉ DIREITO DE 4M, TODA ESTRUTURADA EM TRELIÇAS DE ALUMÍNIO E COBERTA COM LONA VINILICA BRANCA COM BLACKOUT. COM SLEEVE E BASES NECESSÁRIAS. -EQUIPE DE NO MÍNIMO 4 PESSOAS PARA MONTAGEM (VALOR POR M²) (PARA EVENTOS ATÉ 02 DIAS). DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS		METROS	2.000m²
03	LOCAÇÃO DE PALCO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30 E PISO CONFECCIONADO EM MADEIRITE NAVAL E ALUMÍNIO 18MM (PRATICÁVEIS) COM ATÉ 1M DE ALTURA , MEDINDO 50 M² (PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS). 03 PESSOAS PARA MONTAGEM DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS		UNIDADE	35
04	LOCAÇÃO DE PALCO DE ESTRUTURA EM ALUMINIO P30 E PISO CONFECCIONADO EM MADEIRITE NAVAL 18MM COM ATÉ 1M METRO DE ALTURA, MEDINDO 80M² (PARA EVENTOS DE ATÉ 2 DIAS).		UNIDADE	35



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	03 PESSOAS PARA MONTAGEM DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS			
05	LOCAÇÃO DE PALCO COM GUARDA-CORPO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30 E PISO CONFECCIONADO EM MADEIRITE NAVAL 18MM (PRATICÁVEIS) COM ATÉ 1,5M DE ALTURA, MEDINDO 120 M ² (PARA EVENTOS DE ATÉ 02 DIAS). 04 PESSOAS PARA MONTAGEM DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS		UNIDADE	15
06	LOCAÇÃO DE COBERTURA PARA PALCO , EM DUAS ÁGUAS COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO P30, SLIVES E BASES, LONA BRANCA ANTI CHAMAS, MEDINDO 100M ² (10MX10M) COM PÉ DIREITO NA LATERAL DE 6M. FECHAMENTO NA PARTE DE TRÁS COM SOMBRITE E DUAS LATERAIS COM LONA. DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS		UNIDADE	40
07	COBERTURA TAMANHO: 10M X 15M X 8 M COBERTURA EM Q30BOX TRUSS DE ALUMÍNIO COM BASES SUSTENTANDO COLUNAS TRELIÇADAS DO TIPO 0,3MX0,3M DE 5,0 METROS DE ALTURA NAS LATERAIS, SUSPENSAS POR TALHAS DE 01 TONELADA NO MÍNIMO COM TODA ESTRUTURA COBERTA POR LONA BRANCA COM LAUDO ANTICHAMAS CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGÊNCIA, TRAVAMENTO PARA ESTABILIZAR O CONJUNTO DAS ESTRUTURAS QUE SÃO INTERLIGADAS COM PARAFUSOS DE AÇO, FIXADAS SOB PRESSÃO DE FORMA A GARANTIR A ESTABILIDADE DA ESTRUTURA, ALÉM DE TRAVAMENTOS COM CINTAS. TUDO DEVE TER ART E LAUDOS EXIGIDOS PELOS BOMBEIROS E CREA, DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS. DEVE ESTAR INCLUSO O TRANSPORTE, A MONTAGEM, DESMONTAGEM, DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. EVENTOS ATÉ DOIS DIAS EQUIPE DE NO MÍNIMO 4 PESSOAS PARA MONTAGEM		UNIDADE	25



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

08	LOCAÇÃO E MONTAGEM DE TABLADO DE MADEIRA COM ALTURA DE NO MÍNIMO 5CM, MODELOS DECK OU CHAPEADO, PARA SER USADO EM FEIRAS E EXPOSIÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO PISO COM CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES DE ATÉ 30 CM. INCLUSO MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA ATÉ 5 DIAS EQUIPE DE NO MÍNIMO DE 4 PESSOAS PARA MONTAGEM.		METROS	5.000m²
09	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA BOX TRUSS, Q30 ESTRUTURA DE ALUMÍNIO Q30 PARA MONTAGEM DE BACKDROPS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO. OBS. ESTRUTURA EM METRO LINEAR POR 2 DIAS, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA PRENDER OS BANNERS.		METROS	3.500m²

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	LOCAÇÃO DE CADEIRA DE PLÁSTICO CADEIRA PLÁSTICA EMPILHÁVEL. ESTRUTURA DE 4 PÉS, COM OU SEM BRAÇO. 100% EM POLIPROPENO. COM CAPACIDADE DE ATÉ 140 KG, COM ENCOSTO REFORÇADO. MEDIDAS DO PRODUTO: 51,2 CM X 42,5 CM X 88,8 CM. COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO LOCAÇÃO PARA 01 DIA		UNIDADE	6.000
02	LOCAÇÃO DE MESA TIPO BISTRÔ. 90 A 100 CM DE ALTURA PARA ASSINATURA DE DOCUMENTOS E/OU MESA DE APOIO INCLUSO TRANSPORTE LOCAÇÃO PARA UM DIA		UNIDADE	130
03	LOCAÇÃO DE PÚLPITO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE MODELO TRADICIONAL SEM QUALQUER TIPO DE LOGOMARCA		UNIDADE	20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

	IMPRESSO. PARA SER USADO EM EVENTOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO INCLUSO TRANSPORTE LOCAÇÃO PARA UM DIA			
04	LOCAÇÃO DE POLTRONAS MODELO FERRADURA, NA COR PRETA. REVESTIDAS EM COURINO PARA, SEREM USADAS EM EVENTOS OFICIAIS, PALESTRAS E OUTRAS OCASIÕES PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO. INCLUSO O TRANSPORTE. LOCAÇÃO PARA UM DIA		UNIDADE	50
05	LOCAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO COM ESTRUTURA METÁLICA MEDINDO ENTRE 2,00 E 2,50 METROS DE COMPRIMENTO E NO MÍNIMO 1,20 METROS DE ALTURA, INCLUINDO O CUSTO DO TRANSPORTE DE DESLOCAMENTO, SENDO NO MÍNIMO 50 GRADES LOCADAS – PARA EVENTOS DE ATÉ 2 DIAS DEVERÁ ESTAR INCLUSO ART E LAUDO DEVIDAMENTE PAGOS E REGISTRADOS		UNIDADE	1.000
06	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS EM ALUMÍNIO LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS EM ALUMÍNIO NO TAMANHO DE 2MX1M, COM PÉS TELESCÓPICOS E POSSIBILIDADE DE ALTURAS VARIÁVEIS ENTRE 10 E 100 CM. SUPERFÍCIE EM CARPETE INCLUSO TRANSPORTE LOCAÇÃO PARA UM DIA		UNIDADE	500
07	LOCAÇÃO DE MESAS DE PVC MESAS EM PVC BRANCAS, TAMANHO 0,90X0,90X0,80 PARA EVENTOS DO MUNICÍPIO LOCAÇÃO PARA UM DIA		UNIDADE	500
08	CONJUNTO LOUNGE/RECEPÇÃO: MESA DE APOIO DE NO MÍNIMO 90CM DE ALTURA, POLTRONA DOIS LUGARES, TAPETE DE NO MÍNIMO 2MX2M E DUAS PLANTAS DE NO MÍNIMO 1M DE ALTURA COM CACHEPÔ LOCAÇÃO PARA UM DIA		UNIDADE	10

2.1) Local de entrega: A entrega será de acordo com as quantidades solicitadas através da nota de empenho, conforme necessidade da Secretaria.



2.2) Prazo de entrega/execução e possível prorrogação: A entrega das mercadorias ocorrerá de forma fracionada, conforme a demanda e os eventos em questão. Periodicamente a contratante solicitará a quantidade necessitada, e o contratado terá 24 horas para confirmar o atendimento do serviço, após a solicitação, e deixar toda a estrutura solicitada pronta, no mínimo 3 horas antes da realização do evento.

2.3) O período de vigência do contrato será de até 12 meses, a contar da data da formalização da Ata de Registro de Preço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 anos, de acordo com o Artigo 106 da Lei nº 14.133/2021. Mostrando-se necessária a prorrogação contratual, será concedido reajuste ao preço, tendo como indexador o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

2.4) Prazo de garantia e assistência técnica: A Contratada deverá providenciar imediatamente a substituição dos equipamentos que por acaso vierem a apresentar defeito durante a montagem dos aparelhos ou durante a utilização dos mesmos durante o evento. Independentemente da aceitação, a contratada garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a substituir imediatamente quaisquer equipamentos que não venham a atender a contento o serviço especificado no Termo de Formalização de Demanda.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

É necessária a contratação de uma empresa especializada em sonorização, pois a Prefeitura não possui equipamentos e profissionais aptos para este objetivo, visando a continuação dos padrões de eventos que o governo municipal vem realizando ano após ano. O Governo de Estrela promove anualmente as programações dos eventos (Feiras, Páscoa, Aniversário do Município, Natal, Rústica) de nossa cidade, eventos que já são tradicionais no município e região.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO PELO TIPO DE JULGAMENTO



O tipo de julgamento será o menor preço global proposto por lote, tendo em vista que serão licitados três lotes. Essa medida se torna necessária pois os eventos exigem uma padronização dos itens licitados, assim como para melhor atender a gestão dos contratos, tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto da licitação por tratar-se de prestação de serviços, além de se justificar pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, já que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1) Certificado de registro da empresa na entidade profissional competente, plenamente válido.

6.2) Comprovação da capacitação técnico-profissional: apresentar profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, observado o disposto no §12 do artigo 67 da Lei 14.133/2021.

6.2.1) O atestado apresentado deverá estar acompanhado da ART que lhe deu origem ou, alternativamente, poderá ser apresentado atestado registrado na entidade profissional competente.

6.2.2) O profissional indicado deverá comprovar vínculo com a licitante ou apresentar declaração de contratação futura, assinada pela empresa e pelo profissional indicado.

6.2.3) As parcelas consideradas de maior relevância técnica e de valor significativo, para comprovar a execução de serviços de características semelhantes, são:

6.2.3.1) Execução de instalação elétrica abaixo de 1.000WATS (LOTE 1);

6.2.3.2) Execução de sonorização (LOTE 1);

6.2.3.3) Execução ou projeto e execução ou locação de Estruturas Metálicas (LOTE 2).

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Entendendo o conceito de "Impacto Ambiental" como alterações no meio ambiente em consequência de atividades humanas (negativas ou positivas, permanentes ou temporárias) dentro do espaço geográfico, e após análise desta Administração, não se verificaram impactos ambientais advindos desta contratação.

A Secretaria da Cultura apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade. Não se vislumbra impactos ambientais na pretendida contratação.



Em caso futuro, se verificado algum impacto ambiental, a Secretaria da Cultura tomará as devidas medidas em acordo com a Lei Nº 14.133/2021 (*art. 18, § 1º, 'XII'*).

8. PAGAMENTO

8.1) O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias consecutivos após o fornecimento do serviço, devidamente atestado pelo responsável, e entrega da nota fiscal no setor de contabilidade, junto com os documentos solicitados.

8.1.1) No caso de atraso do pagamento, o mesmo será corrigido pela variação do INPC.

8.2) Forma de Pagamento: Conforme nota fiscal de cada empenho emitido.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Termo de Formalização de Demanda;

9.3 Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, através do(a) servidor(a) designado(a) para tanto, Sr. Joel de Souza da Silva, matrícula nº 4767.

9.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência/Termo de Formalização de Demanda;

9.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.7 Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



9.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e do Termo de Referência/Termo de Formalização de Demanda, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros.

10.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica.

10.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.8 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



10.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

10.10 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.11 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Estrela/RS, 16 de abril de 2025.

Darlã Bellini
Secretário Municipal da Cultura



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL
Prefeitura Municipal de Estrela
Setor de Licitações
Rua Júlio de Castilhos, nº 380, Centro – CEP 95880-000
Fone: (51) 3981-1025

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CONFORME O MODELO DO DECRETO FEDERAL Nº 4.358/2002

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

Licitação nº

_____, inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)_____, portador da carteira de identidade nº
_____ e CPF nº_____, DECLARA, para fins do
disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(localidade), _____ de _____ de _____.

Representante Legal



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

_____ (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto no item 3.3.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

☐ **MICROEMPRESA**, conforme inc. I art. 3º da Lei Complementar nº 123/06;

☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inc. II art. 3º da Lei Complementar nº 123/06;

☐ **COOPERATIVA**, conforme art. 34 da Lei nº 11.488/07, e gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/06.

DECLARA ainda que no ano-calendário de realização dessa licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

(localidade), _____ de _____ de _____.

Representante Legal

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, autorizado pelo processo Licitatório nº ____/2025, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/21, e nos termos das condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a licitante vencedora. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata:, inscrito no CNPJ sob o nº, estabelecido à Rua, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF sob o nº, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

a) Constitui-se objeto do presente instrumento o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em serviços de Empresa especializada na prestação de serviços de Sonorização, Iluminação, Projeção Palco, Cobertura, Gazebo, Bretes, Q30 e Cadeiras para Eventos, conforme descrições e outras condições estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência**, a serem fornecidos conforme quantidades estabelecidas a seguir:

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor

- b) Além das especificações elencadas no descritivo dos **itens 1.1.**, deverá o licitante observar as demais características técnicas estabelecidas no **ANEXO I – Termo de Referência** deste Edital.
- c) É facultado à Administração adquirir as quantidades constantes no **item 1.1.** deste Edital;
- c.1.) Se adquiridas, as quantidades serão fornecidas pela licitante vencedora mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste Edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.
- d) As empresas deverão fornecer as quantidades solicitadas pelo Município, estipulando em sua proposta de preços a quantidade total prevista no **item 1.1.** deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a entrega do objeto devidamente atestado pelo responsável, e entrega da nota fiscal no setor de contabilidade.
- b) Em caso de o setor contábil verificar quaisquer divergências na Nota Fiscal apresentada, solicitará a sua substituição, correndo o prazo acima a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.



- c) Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base na variação do INPC do período.
- d) A nota Fiscal deverá ser emitida conforme o Protocolo ICMS nº. 42, de 03 de julho de 2009, alterado pelo protocolo ICMS nº. 85, de 09 de julho de 2010.
- e) A nota fiscal deverá ser faturada de acordo com a nota de empenho emitida pelo Setor de Contabilidade do Município.
- f) Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- a) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133/21.
- b) Durante o prazo de validade da ata, inexistirá obrigatoriedade, por parte da Administração Municipal, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.
- c) Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo registro o direito de cancelar a ata na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à Detentora o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA QUARTA - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE (NOTA DE EMPENHO)

- a) Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será emitido instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho).
- b) O adjudicatário será informado da instrumentalização da ata de registro de preços e, posteriormente, acerca da emissão do instrumento equivalente a indicar a necessidade de compra pela Administração.
 - b.1.) Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) disponibilização de acesso ao sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
 - b.2.) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- c) O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



- c.1.) Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida às disposições da legislação pertinente;
- c.2.) A detentora da ata vincula-se a sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PROCEDIMENTO

a) A ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

a.1) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos prestadores de serviço.

a.2) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a.2.1) Convocar o licitante vencedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

a.2.2) Frustrada a negociação, o licitante será liberado do compromisso assumido; e

a.2.3) Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

a.3) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a.3.1) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados **e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;** e

a.3.2) Convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

a.4) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

b) O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, ficando assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

c) O licitante detentor da ata de registro de preços poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes da seguinte forma:

c.1) Via protocolo, realizar solicitação formal de Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Órgão Gestor do Registro de Preços, onde demonstre as perdas por meio de planilhas de composição de custos, elaboradas quando da contratação e de aquisições atuais;

c.2) Anexar à solicitação notas fiscais comprobatórias do aumento de preços de materiais, insumos ou mão de obra, em nome e CNPJ da empresa efetivamente detentora da ata de registro de preços, além de outros documentos comprobatórios que se fizerem necessários, demonstrando de forma objetiva e explícita o desequilíbrio contratual da empresa contratada, restando comprovada a imprevisibilidade da alteração dos custos.



- d)** A recomposição de preços será realizada com base nos percentuais de aumento/redução dos custos, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço ou fornecimento do objeto.
- e)** O Órgão Gestor do Registro de Preços poderá recusar a recomposição de preços nos casos de:
- e.1)** Ausência de quaisquer documentos e comprovantes elencados na *alínea “c”* e seus subitens, necessários à comprovação do desequilíbrio contratual;
 - e.2)** Culpa, imperícia ou imprevidência do contratado pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento; aquisição do mesmo insumo ou material de fornecedores distintos; dentre outros);
 - e.3)** Ausência de elevação do custo do produto à empresa efetivamente detentora da ata;
 - e.4)** Ocorrência do evento antes da formulação das propostas;
 - e.5)** Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado.
- f)** As negociações com os fornecedores serão feitas pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, contando-se eventual prazo a partir da data da ciência, recebimento ou publicação.
- g)** O preço de mercado será obtido com base nos preços praticados pelas demais empresas participantes do Registro de Preços, podendo também ser obtido por meio de outros fornecedores, sites, jornais ou com base nos preços praticados por outras Prefeituras Municipais.
- h)** O valor atualizado não poderá ser superior ao preço de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a)** O objeto licitado deverá ser executado em total consonância com as especificações descritas no **ANEXO I – Termo de Referência** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- a)** A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/21.
- b)** A rescisão da ata pela Administração poderá ocorrer quando:
- b.1.)** A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
 - b.2.)** A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
 - b.3.)** A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
 - b.4.)** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;



- b.5.)** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
- b.6.)** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
- b.7.)** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação;
- c)** A rescisão da ata pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata;
- c.1.)** A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante pedido formal via protocolo, facultada à Administração a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
- d)** Quando da rescisão da ata pela Administração, a comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o registro a partir da publicação;
- e)** A Administração, a seu critério, poderá convocar pela ordem as demais licitantes classificadas para, mediante a sua concordância, assumirem a execução do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

- a)** As partes observarão os preceitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente contratação, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.
- a.1.)** As partes estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto da contratação deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.
- a.1.2.)** As partes comprometem-se a atuar em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.
- a.1.3.)** Devido às complexidades e particularidades quanto ao tema da LGPD, as partes comprometem-se a participar de procedimentos de *due diligence*/gestão de terceiros para demonstrar transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas aos titulares de dados pessoais.
- b)** As partes comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da contratação, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).



c) As partes comprometem-se a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados, servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/11 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento do Contrato, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas leis.

c.1.) As partes comprometem-se a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.

d) As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos do titulares em observância ao art. 18 da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução do objeto.

d.1.) Se uma das partes receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a parte responsável para que adote as providências necessárias para atender à solicitação recebida.

d.2.) Cada parte será responsável perante a outra parte por incidente de segurança a que der causa na execução do objeto, devendo informar por escrito à outra parte, de forma detalhada, tão logo tenha ciência da ocorrência, sob pena de incorrer nas penalidades previstas. A responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

e) As partes convencionam pela criação de canal de diálogo direto entre o Encarregado de Dados de cada parte para tratar dos assuntos relacionados à LGPD (encaminhamento de notificações, informações quanto à ocorrência de incidentes de segurança, esclarecimentos de eventuais dúvidas e troca de informações).

f) Sendo realizada a transferência internacional de dados pessoais para atender às finalidades contratuais, as partes comprometem-se a atender às exigências da LGPD com o cumprimento de garantias suficientes em relação às medidas de segurança, técnicas e organizacionais.

g) Encerrada a vigência do ata de registro de preços as partes interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (sejam em formato físico, digital ou outro qualquer), salvo quando necessitarem mantê-los para cumprimento da obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

h) Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a execução desse objeto, as partes comprometem-se a adequar as condições vigentes.



h.1.) Havendo alteração na legislação que impeça a continuidade da execução do objeto, conforme as disposições acordadas, a parte deverá notificar formalmente este fato a outra parte, que terá o direito de resolver o presente instrumento contratual.

i) Na divisão regressiva de eventuais penalidades ou indenizações pagas por qualquer das partes em decorrência de operações de tratamento de dados relacionadas ao objeto, cada parte será responsável pelos prejuízos que forem decorrentes das suas específicas atribuições.

i.1.) Eventuais condenações decorrentes do tratamento de dados pessoais realizados em cumprimento de determinações impostas por uma parte a outra, será de responsabilidade exclusiva da parte que forneceu as instruções de tratamento.

i.2.) A parte inocente deverá ser ressarcida diante de qualquer desembolso de penalidades ou indenizações advindas do cumprimento das instruções recebidas da outra parte no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação pela responsável.

i.3.) A parte que receber instrução direta ou indireta poderá ser auditada para fins de verificação do cumprimento da instrução exarada pela outra parte.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

a) Da Administração

a.1.) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela detentora, de acordo com o Edital e anexos.

a.2.) Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto através dos servidores designados no Processo Administrativo nº 1126/2025;

a.3.) Efetuar o pagamento na forma e prazo convencionados neste instrumento;

a.4.) Notificar a detentora sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, exigindo sua reparação/substituição.

a.5.) Aplicar as sanções previstas nesse Edital, caso necessário.

a.6.) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

a.7.) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Termo de Formalização de Demanda;

a.8.) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

b) Da Detentora Da Ata

b.1.) Efetuar a entrega do objeto em total consonância com as especificações, prazo e locais descritos no **ANEXO I - Termo de Referência** desse Edital;

b.2.) Responder pelos eventuais vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).

b.3.) Arcar com os tributos federais, estaduais e municipais que incidirem sobre o objeto;



- b.4.)** Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b.5.)** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da licitação.
- b.6.)** Assumir todas as despesas necessárias para a entrega do objeto nos locais indicados pela Secretaria Municipal.
- b.7.)** Cumprir as especificações e preços estabelecidos em sua proposta.
- b.8.)** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e do Termo de Referência/Termo de Formalização de Demanda, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto
- b.9.)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- b.10.)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, inc. II, da Lei 14.133/21 e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- b.11.)** Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao Município, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da empresa, em decorrência da execução dos serviços desta contratação, não cabendo ao Município, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes, ficando o Município autorizado, desde já, a reter os créditos decorrentes da prestação dos serviços, até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a empresa das sanções previstas no Contrato, Edital e seus anexos, até a completa indenização dos danos.
- b.12.)** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica.
- b.13.)** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- b.14.)** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- b.15.)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- b.16.)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- b.17.)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



CLÁUSULA DEZ - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a.1.)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- a.2.)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- a.3.)** Dar causa à inexecução total do contrato;
- a.4.)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- a.5.)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- a.6.)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- a.7.)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- a.8.)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- a.9.)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- a.10.)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- a.11.)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- a.12.)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

b) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na *alínea “a”* as seguintes sanções:

- b.1.)** Advertência;
- b.2.)** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- b.3.)** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- b.4.)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- b.5.)** As sanções previstas nas *alíneas “b.1.”, “b.3.” e “b.4.”* poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na *alínea “b.2.”*.

c) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Edital de origem.

d) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

e) As sanções previstas nas *alíneas “b.1.”, “b.3.” e “b.4.”* poderão ser aplicadas cumulativamente com a previsão da *alínea “b.2.”*.



- f)** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Edital de origem.
- g)** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- h)** Para a aplicação das sanções, serão considerados:
- h.1.)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - h.2.)** As peculiaridades do caso concreto;
 - h.3.)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - h.4.)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - h.5.)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- i)** A aplicação das sanções previstas na *alínea “b”* não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- j)** A sanção prevista na *alínea “b.3.”* será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas “a.2.”, “a.3.”, “a.4.”, “a.5.”, “a.6.” e “a.7.”*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.
- k)** A sanção prevista na *alínea “b.4.”* será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas “a.8.”, “a.9.”, “a.10.”, “a.11.” e “a.12.”*, bem como pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas “a.2.”, “a.3.”, “a.4.”, “a.5.” e “a.6.”* que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na *alínea “h”* e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Estrela/RS.
- l)** Na aplicação da sanção prevista na *alínea “b.2.”* será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- m)** Para aplicação das sanções previstas na *alínea “b.3.” e “b.4.”*, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- n)** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- o)** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de Administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



p) É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

p.1.) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

p.2.) Pagamento da multa;

p.3.) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

p.4.) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

p.5.) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

q) Constituem comportamentos que serão enquadrados na *alínea “a.4.”*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

q.1.) Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

q.2.) Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

q.3.) Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

q.4.) Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no Edital de licitação.

r) Constituem comportamentos que serão enquadrados na *alínea “a.5.”*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

r.1.) Deixar de atender a convocações do pregoeiro/agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

r.2.) Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo pregoeiro/agente de contratação;

r.3.) Abandonar o certame;

r.4.) Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

CLÁUSULA ONZE – DAS UNIDADES REQUISITANTES

a) O objeto deste registro de preços poderá ser requisitado pelos seguintes Órgãos/Entidades:

a.1) Gabinete da Prefeita

a.2) Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Inovação e Sustentabilidade

a.3) Secretaria Municipal de Educação

a.4) Secretaria Municipal da Fazenda

a.5) Secretaria Municipal de Administração e Segurança Pública

a.6) Secretaria Municipal de Saúde

a.7) Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

a.8) Secretaria Municipal da Agricultura

a.9) Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana

a.10) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação



b) Os órgãos e/ou as entidades que não participaram inicialmente do registro de preços poderão valer-se da ata de registro de preços, desde que devidamente comprovada a vantagem. Estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da ata, para que sejam indicados os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

b.1) Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

b.2) Neste caso, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

CLÁUSULA DOZE - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

a) Faz parte integrante desta ata de registro de preços, aplicando-se todos os seus dispositivos, o Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2025, com os termos aditados e a proposta da detentora da ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

b) O fornecedor deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação.

c) As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precederam serão dirimidas no Foro da Comarca de Estrela/RS, esgotadas as vias administrativas.

d) Para constar que foi lavrado a presente ata de registro de preços, que vai assinada pela Sra. Carine Isabel Schwingel, Prefeita de Estrela, e pelo Sr., qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Disposições Finais

Elegem as partes o Foro da Comarca de Estrela para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas da compra e seus desdobramentos.

E, por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Estrela, de de 2025.



ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO INC. IV DO ART.
14 DA LEI Nº 14.133/21 E NO INC. XI DO ART. 18 DA LEI Nº 14.791/23**

Licitação nº _____

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, sediada na _____, nº _____, município de _____, CEP _____, Estado _____, Fone (____)_____, neste ato representado pelo (a) Sr(ª)_____, nacionalidade, estado civil, profissão, RG _____, CPF _____ residente e domiciliado na _____, no Município _____, Estado _____.

Declara para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade _____, nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Estrela/RS, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia, nem sócio em exercício de vereança. Na hipótese de não representar a realidade do que acima declaro, valerá como confissão de erro substancial à minha pessoa, considerando-me, portanto, como incluso no art. 299 do Código Penal (declaração falsa ou diversa do que deverá ser escrito, com o fim de criar obrigações).

Local e data

Nome e assinatura do representante legal